



OBSERVATÓRIO  
BRASIL E O SUL

Perspectivas  
do território

Número 1  
Setembro 2014



Créditos: Zorah Miller

O Perspectivas do Território é um informativo do Observatório Brasil e o Sul que pretende contribuir com informações e análises sobre o engajamento internacional brasileiro a partir de uma perspectiva territorial, buscando abarcar as diversas dimensões da presença brasileira no Sul Global.

# Haiti

## Um laboratório de engajamento multisetorial

Por Laura Waisbich<sup>1</sup> e Melissa Pomeroy<sup>2</sup>

Basta olhar para a gama de modalidades de engajamento do Brasil no Haiti para se dar conta da pluralidade de atores nacionais, públicos e privados, que hoje atuam na ilha caribenha. Este Brasil, no plural, traz consigo modelos distintos de cooperação, colocando em interação, e por vezes em conflito, visões variadas de segurança, desenvolvimento, parceria, assistência e solidariedade.

O ano de 2004 foi um ponto de inflexão para as relações Brasil-Haiti; marcando não apenas o envio de tropas e o comando brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em junho daquele ano, mas também a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países, em novembro.

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e assessora de Política Externa na Conectas Direitos Humanos.

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduada em Participação e Desenvolvimento Sustentável, mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona. Coordenadora de Programas do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul e do Observatório Brasil e o Sul.



Hoje, de maneira esquemática, pode-se dividir o engajamento brasileiro em quatro dimensões:

- Atividades militares das Forças Armadas, no contexto da MINUSTAH, para estabilização e controle da violência urbana no país;
- Atividades de caráter civil também realizadas pelas Forças Armadas no âmbito da MINUSTAH;
- Iniciativas de Cooperação Horizontal, ou Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) – por parte de Ministérios e outras agências governamentais;
- Engajamento não estatal que contempla tanto a sociedade civil brasileira (organizações não-governamentais, movimentos sociais e grupos religiosos), cujas atividades se inserem em marcos que vão da solidariedade à cooperação política e técnica; quanto a atuação do setor privado em comércio e investimento.

Por um lado, a face pública deste engajamento alia a vontade do país de contribuir mais ativamente com as Missões de Paz das Nações Unidas à aplicação prática de uma doutrina consolidada nos meios diplomáticos brasileiros de conjugar segurança e desenvolvimento<sup>3</sup> em contextos de reconstrução de “Estados frágeis”. Por outro, a face privada, traz consigo uma gama ainda mais variada de atores: da crescente presença de ONGs e instituições religiosas ao investimento privado, sobretudo na área de infraestrutura.

## Motivações para liderar a MINUSTAH no marco da Política Externa Brasileira

Muitas foram e são as motivações do Brasil em integrar e comandar a Missão de manutenção da Paz da ONU no Haiti. Do ponto de vista diplomático, esta decisão dialoga com um contínuo de ações de política externa que visam fortalecimento da inserção internacional brasileira. Ainda, diplomatas e acadêmicos acreditam que a pretensão de obter um assento no Conselho de

Este texto pretende ser uma contribuição ao debate sobre o engajamento brasileiro no Haiti, com isso, apoiar uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas da atuação brasileira no Sul Global. Para tanto, apoia-se em análises existentes e busca consolidar perguntas e perspectivas que contribuam a um debate informado, diverso e transparente<sup>4</sup>.

Nas próximas seções serão explorados os principais eixos de engajamento brasileiro no Haiti. Para contextualizar as várias dimensões da atuação brasileira faz-se necessária uma primeira introdução sobre as possíveis motivações que embasaram a decisão de liderar a MINUSTAH. A segunda seção versa sobre a face pública da atuação brasileira, contemplando descrição e análise das principais atribuições da MINUSTAH e um breve retrato das diversas modalidades de cooperação brasileira com o Haiti. A terceira seção trata do engajamento de atores não estatais, incluindo as diferentes abordagens da sociedade civil brasileira e o tímido envolvimento privado que, por sua vez, aponta para a importante relação entre política externa, comércio e investimento. No âmbito doméstico, desafios e respostas relacionados à migração haitiana ao Brasil são explorados na seção quatro. Finalmente, a última seção levanta questões futuras relacionadas à contribuição brasileira ao desenvolvimento social e econômico do Haiti e à necessidade de sistematizar e debater os aprendizados provenientes desse engajamento.

Segurança da ONU (CSNU) seja um fator explicativo da disposição do país em atuar no Haiti. Os possíveis frutos políticos e simbólicos dos esforços empreendidos na pacificação e reconstrução do Haiti seriam, aos olhos de muitos, fatores legitimadores do pleito brasileiro à participação no órgão máximo da ONU.

<sup>3</sup> Este esforço brasileiro em relacionar o uso da força pela comunidade internacional a um enfrentamento das causas estruturais do conflito, a saber: a fome, a pobreza e a fragilidade das instituições, pode ser visto no posicionamento do Brasil nos debates sobre uso da força, em geral, e sobre de Responsabilidade de Proteger (R2P), em particular. Ver também: Marcondes (2012); Verenhitch, Deitos and Seitenfus (2007).

<sup>4</sup> Para elaboração do texto as autoras apoiaram-se em revisão literária, entrevistas, consultas informais e levantamento e análise de posições expressas por diferentes atores (posições oficiais de instituições diretamente envolvidas e atuando no Haiti, representantes brasileiros e haitianos eleitos, sociedade civil, academia e meios de comunicação), a partir de documentos disponibilizados publicamente, pronunciamentos e matérias publicadas na mídia.

A estas motivações, soma-se a promoção durante o governo Lula da chamada “política externa humanista”<sup>5</sup> e da “diplomacia da solidariedade”<sup>6</sup>, nas quais o princípio da não-indiferença complementaria o tradicional princípio de não-intervenção, pedra balizar da PEB. Nas palavras do então Presidente Lula (Brasil, 2005).

*“Não aceitamos como fato consumado uma ordem internacional injusta (...). Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de Princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática. (...) Em um mundo globalizado e interdependente, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo Princípio da Não-Indiferença. Por isso nos engajamos nos esforços de estabilização do Haiti”*

(Luis Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil entre 2003-2010)

Paralelamente, encontram-se os possíveis ganhos econômicos indiretos da presença brasileira no Haiti, pensados no marco de uma PEB à serviço do desenvolvimento nacional e sob o prisma da diversificação de parcerias<sup>7</sup>. O aumento dos fluxos comerciais entre os dois Estados<sup>8</sup> e a possibilidade de utilização do Haiti como interposto na cadeia comercial com os Estados Unidos<sup>9</sup> são exemplos destes possíveis ganhos econômicos advindos do estreitamento de relações.

Domesticamente, a participação na missão foi tida como uma oportunidade para aperfeiçoar a atuação das tropas nacionais, tanto em sua capacidade organizativa, quanto na utilização desta experiência internacional para fins de segurança nacional. Tanto a ROTA de São Paulo como o BOPE e a Polícia Militar do Rio de Janeiro participaram de atividades no Haiti, oferecendo cursos e também treinando seu próprio contingente e aperfeiçoando suas práticas para situações similares em solo brasileiro (Operações de Garantia da Lei e da Ordem).<sup>10</sup> Este intercâmbio deixa claro a via de mão dupla da participação brasileira em missões internacionais de paz, ainda que haja divergência na visão dos especialistas acerca de seus frutos concretos. Há quem diga que o modelo de ocupação militar em favelas do Haiti, os chamados **Pontos Fortes**, tenha sido uma forma precursora da política das UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro<sup>11</sup>. Já outros negam uma filiação direta entre as UPPs e o modelo de ocupação das favelas haitianas, ressaltando suas origens endógenas e anteriores à presença brasileira no Haiti. Não se descarta, no entanto, que os atuais intercâmbios possam promover um diálogo entre as entidades de ambos os países e criar oportunidades de aprendizado mútuo<sup>12</sup>.

Ainda que o rol de motivações seja extenso, desde o princípio a presença brasileira no Haiti foi objeto de acalorados embates na mídia e no Congresso. Neste último ficou clara a clivagem interna, ilustrada por representantes da oposição e da base governista se opondo ao pedido do Executivo de autorizar o envio de 1.200 soldados ao Haiti no início de maio de 2004 (Mensagem

5 O caráter humanista da política externa brasileira foi reiteradamente objeto da retórica diplomática do Brasil ao longo do mandato do Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003 com Luiz Inácio Lula da Silva. Já em seu discurso de posse, Lula afirmara: “No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional” (Brasil, 2003)

6 Sobre o conceito de “diplomacia solidária” no Haiti ver: Seteinfus (2006) e Valler Filho (2007)

7 Para uma análise mais detalhada sobre os ganhos econômicos indiretos fruto do adensamento da cooperação sul-sul brasileira, ver Barbosa (2011).

8 Segundo dados do MDIC (AliceWeb), ainda que o intercâmbio comercial com o Haiti seja pouco relevante se comparado a outras relações comerciais do Brasil, a exportação brasileira ao Haiti saltou de USD 148.601.509 (no período entre 1997 e 2004) a USD 539.798.726 (de 2005 até junho de 2014). Já as importações brasileiras de produtos haitianos passaram de USD 673.287 no primeiro período a USD 6.509.584. Em termos de balança comercial, em 2004 tinha-se um superávit brasileiro de USD 25.245.812, enquanto que em 2013 o valor final ficou em USD 51.098.854. A participação brasileira permanece, no entanto, baixa. Em 2013 o Brasil era destino de apenas 0,1% das exportações haitianas, ocupando a 22a posição. No campo das importações, o país posicionou-se no 9º lugar no rol de fornecedor de bens ao Haiti, participando com 1,5%. O maior parceiro comercial do Haiti são os Estados Unidos, com participação de 84,7% nas exportações e 35,2% nas importações haitianas (Brasil, 2014).

9 Ver Stochero (2008). Ainda sobre esta intenção de parceria no setor têxtil, ver apresentação do Diplomata José Luiz Machado e Costa no Senado, em sua Sabatina para o cargo de Embaixador no Haiti, em 2011 (Senado, 2011).

10 A este respeito ver O Dia (2008), Catanhêde (2012) e Marcondes (2007).

11 Sobre esta associação ver Lessa (2006) e Gombata (2014).

12 Uma análise neste sentido pode ser encontrada em Lemle (2010). Disponível no site da Biblioteca Virtual Comunidade Segura, um projeto da organização brasileira Viva Rio, que também atua no Haiti.

Presidencial - MSC 205/04). A votação da matéria na Câmara e no Senado gerou debate e foi precedida por audiência pública em sessão conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado. A discussão girou em torno de questões relativas ao caso específico do envio de tropas ao Haiti, mas também reflexões acerca da natureza da CSS brasileira e de seu impacto<sup>13</sup>.

### Motivações brasileiras para liderar MINUSTAH no marco da Política Externa:

A decisão de integrar e liderar a MINUSTAH responde a motivações de diversas naturezas. Por um lado, condiz com as narrativas de política externa humanista e diplomacia da solidariedade construídas durante a gestão do presidente Lula. Por outro, responde a aspirações mais pragmáticas como a obtenção de um assento no CSNU, possíveis ganhos econômicos indiretos e a possibilidade de aperfeiçoar a atuação de tropas nacionais.

## A face pública: da MINUSTAH à cooperação técnica horizontal

### A MINUSTAH

Das diferentes instâncias públicas hoje atuantes, as Forças Armadas brasileiras (tanto o Exército quanto a Marinha), são as mais relevantes tanto em número de pessoal como de montante de recursos alocados.

A Missão foi criada em 1 de junho de 2004, por meio da Resolução de número 1542 do CSNU, agindo sob o Capítulo VII da Carta da ONU de “imposição da paz”, com o mandato de restaurar a estabilidade e a segurança no país (inclusive o de desarmar grupos e milícias), bem como de apoiar o processo de transição política e fortalecer as instituições haitianas. Desde o início, o comando do componente militar da MINUSTAH foi dado ao Brasil.<sup>14</sup>

Em 2010, em decorrência do devastador terremoto que atingiu a ilha, o CSNU aprova nova resolução (Res.1908) ampliando o escopo de atuação da Missão<sup>15</sup>. Neste momento, a MINUSTAH tem seu efetivo no país ampliado, e soma a seu mandato de estabilização, ações de apoio humanitário, resposta a crises e ações para promover a recuperação e reconstrução do país. A Missão passa também a agir no combate ao surto de cólera, que acomete o país no final de 2010<sup>16</sup>.

Os anos que se seguem, a Missão atinge seu ápice em termos de tamanho. Em 2011, o mandato é novamente alterado e volta gradativamente aos seus objetivos iniciais (de manutenção da

13 Alguns dos pontos levantados foram: a pertinência da alocação de recursos nacionais em um outro país dado que o Brasil ainda possui desafios internos, os riscos de se envolver em uma operação que servisse mais aos interesses de potências internacionais do que da população haitiana e por fim menções ao caráter tardio da consulta ao Congresso, demonstrando tensões no processo decisório, no que tange à divisão de competências no caso de matérias de relações exteriores. Análises detalhadas da deliberação no Congresso podem ser lidas em: Diniz (2005) e Felio e Miranda (2011).

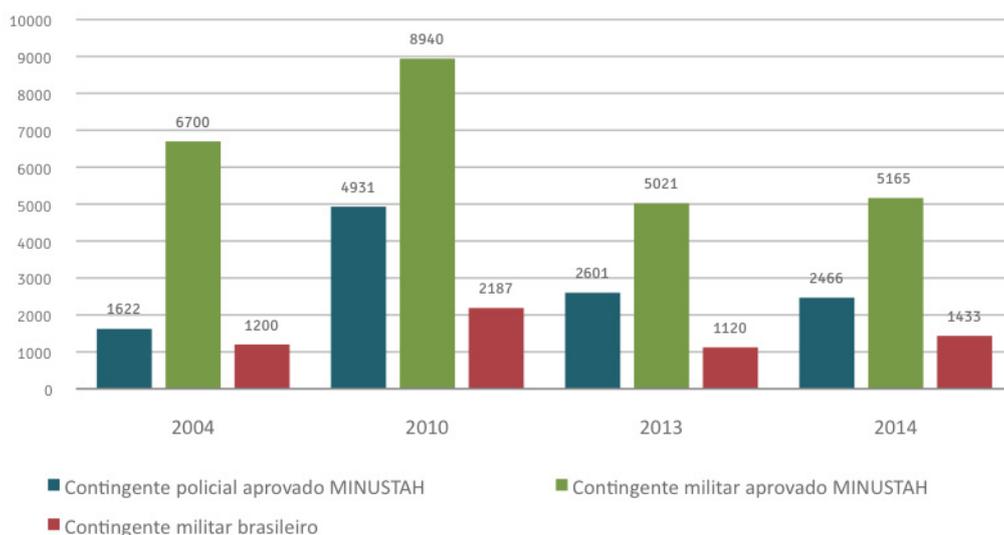
14 A MINUSTAH sucedeu uma Força Multinacional Provisória (FMP), de caráter de “imposição da paz” também autorizada pelo Conselho de Segurança, atuando no país desde fevereiro do mesmo ano. Cabe precisar que a primeira intervenção internacional, a FMP, respondeu a um pedido de auxílio do próprio governo transitório do Haiti, incapaz de lidar com a violência generalizada em diversas cidades do país consequente do exílio do então presidente do país Bertrand Aristide. Desde o princípio, no entanto, a intervenção internacional por meio da Força Provisória foi alvo de debates e críticas, inclusive por parte do Brasil. Par saber mais sobre estas críticas, ver: Diniz (2005). Dos generais responsáveis por liderar a missão, cabe salientar que Carlos Alberto dos Santos Cruz desde 2013 comanda a Missão da ONU de Estabilização no Congo (MONUSCO) e Luiz Guilherme Paul Cruz é hoje funcionário do Departamento de Operações de Paz da ONU. Para muitos analistas, trata-se de um reconhecimento da atuação do Brasil no Haiti e uma aposta que o modelo brasileiro possa ser replicado em outros contextos (NYU, 2013).

15 Estima-se que um total de 220 mil pessoas morreram na ocasião, incluindo 18 militares brasileiros, além de Luiz Carlos da Costa (chefe-adjunto civil da Missão da ONU) e da ativista e missionária Zilda Arns (fundadora da Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa).

16 Recai sobre a MINUSTAH a responsabilidade pelo surto do Cólera no Haiti, pois assume-se que a doença teria sido trazida à ilha por soldados internacionais à serviço da ONU. A epidemia já matou mais de 9.000 Haitianos e adoeceu outros 700.000. Ainda que o combate e a prevenção da doença tenham sido inclusos nas atividades da Missão, o Secretário Geral da ONU disse em visita recente ao país que ainda é preciso mais engajamento da comunidade internacional para combater a doença. Ban Ki Moon acrescentou ainda que as fragilidades estruturais dos sistemas de água, esgoto e saúde no país, acarretam na permanência de doenças como o cólera. Ainda, por falta de mecanismos institucionais para obter reparações às vítimas da doença, em março de 2014, foi aberto um processo coletivo contra a ONU, em nome de 1500 peticionários. O processo corre hoje na Corte Federal do Brooklyn, Nova Iorque.

segurança e da estabilidade no país). A partir de 2013, a diminuição do contingente de tropas e policias passa a ocorrer, inclusive por parte do Brasil (Kawaguti, 2014).

**Gráfico 1: Evolução comparada das tropas enviadas ao Haiti: Contingente total da MINUSTAH aprovado pelo CSNU e participação brasileira<sup>17</sup>.**



Fonte: ONU/MINUSTAH (Contingente aprovado pelo CSNU), Congresso Nacional 2004 (Contingente Brasileiro em 2004), IPEA/ABC 2013 (Contingente Brasileiro em 2010), Folha de São Paulo 2013 (Contingente Brasileiro em 2013), Congresso Nacional 2014 (Contingente Brasileiro em 2014)

## No terreno: contornos da participação brasileira na MINUSTAH

A presença brasileira na MINUSTAH se dá em duas dimensões: civil e militar, esta última ocupando a maior parte do portfólio de ações. Ainda que tentemos caracterizá-las separadamente, analistas acreditam, que a fronteira entre ambas, bem como a fronteira entre ações de assistência técnica e de estabilização no campo da segurança pública, são bastante difusas (Hirst, 2012).

Como principais atividades militares têm-se as operações de reconhecimento, atuação em postos de controle, reforço da Polícia Nacional Haitiana no combate à criminalidade e controle de distúrbios, apoio logístico e de segurança em processos eleitorais<sup>18</sup>. Do lado civil, as principais atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC, da sigla em inglês) da MINUSTAH são nas áreas assistência humanitária, ações de DDR (desarmamento,

<sup>17</sup> O número de militares brasileiros varia não somente entre os anos, mas também ao longo de um mesmo ano. Os números aqui presentes são uma fotografia do contingente total em um determinado mês, podendo inclusive ter sofrido pequenas variações ao longo daquele ano.

Os militares em serviço são oriundos de 20 países, sobretudo de países latino-americanos. Atualmente, os principais contribuintes de tropas são: Brasil, Sri Lanka, Uruguai, Argentina e Índia. Mais informações em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/MINUSTAH/facts.shtml>. O Brasil é o país que mais enviou soldados ao Haiti. A duração do serviço de cada militar brasileiro na ilha é de seis meses e todos realizam treinamento prévio no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, no Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Mais detalhes sobre a atuação do contingente brasileiro podem ser vistas em Lessa (2007).

desmobilização e reintegração), políticas sociais (saúde, nutrição, entre outros) e comunicação social. Muitas destas atividades de cunho civil são feitas em parceria com outros atores tais como universidades, organizações não governamentais (ONGs) e organizações internacionais.

Do lado brasileiro, o G9 do BRABAT (Batalhão de Infantaria de Força de Paz, do inglês “Brazilian Battalion”) é quem realiza estas funções em parceria com a CIMIC. Ações de cunho civil (com civis ou para civis) e, por vezes, sem intermédio de nenhuma agência civil incluem gestão de escolas em áreas patrulhadas e palestras regulares junto às comunidades sobre higiene, aleitamento materno e tratamento de água e resíduos<sup>19</sup>. Durante os meses seguintes ao terremoto, os militares brasileiros também foram responsáveis diretos pela entrega de ajuda humanitária<sup>20</sup>. O G9 brasileiro também tem parcerias isoladas com o componente civil da MINUSTAH para desenvolver projetos em áreas de

responsabilidade do BRABAT (AOR) como a Seção de Redução de Violência Comunitária (CVR, da sigla em inglês) como a realização da campanha de mobilização social “Ann Chwazi Lapè” (“Nós Escolhemos a Paz, em creóle), que, em 2014, incluiu atividades junto às comunidades como sessões de teatro para sensibilização além de transmissões de jogos do Brasil durante a Copa do Mundo. Desde o terremoto, o G9 também promoveu parcerias com a seção de “Civil Affairs” da MINUSTAH, sobretudo para reabilitação de infraestrutura comunitária via “QIPS” (“Quick Impact Projects” ou “Projetos de Rápido Impacto”), como escolas e centros comunitários, através de seu componente de engenharia.

Segundo apurado pelo jornal Folha de São Paulo, desde 2004 até maio de 2014, o Brasil havia gasto R\$ 2,7 bilhões na missão do Haiti. Deste total, a ONU reembolsou 24%, ou pouco mais de R\$ 652 milhões<sup>21</sup>.



<sup>19</sup> Como exemplo, ver notícia de evento alusivo ao Dia das Mães realizado pelo Exército Brasileiro em 2012, com participação da ONG Viva Rio no Haiti (Exército Brasileiro, 2014)

<sup>20</sup> No pós-terremoto, as tropas brasileiras também ajudaram na entrega de assistência humanitária, mas esta função foi logo abandonada por recomendação das próprias agências humanitárias internacionais.

<sup>21</sup> Este total não inclui salários dos soldados, pagos pelo orçamento normal do Ministério da Defesa, nem o dinheiro gasto com aquisição de equipamentos para uso no Haiti. Ver Freitas e Zanini (2014). Em matéria mais recente, a revista Carta Capital fala em 2,11 bilhões gastos e 741 milhões reembolsados (Gombata, 2014).

## Balanço: Sucessos e críticas

Ao completar uma década, a Missão acumula sucessos e críticas, e parece aos poucos perder parte do apoio que a sustenta. Apesar de possuir a renovação de seu mandato, pelo Conselho de Segurança, prevista para outubro de 2014, a ONU já fala em planos de diminuição progressiva do engajamento a partir de 2015, com as funções de segurança sendo progressivamente transferidas à Polícia Nacional Haitiana. Individualmente, alguns governos, como o Uruguai (El País, 2013), já têm falado em retirada unilateral de suas tropas. Setores governamentais e das sociedades civis brasileira, haitiana e latino americana também expressam críticas à legitimidade da MINUSTAH, seus resultados e impactos no cotidiano haitiano. Ainda, acredita-se que frente à comunidade internacional é cada vez mais difícil de justificar o grande volume de recursos destinados ao Haiti frente às situações de crise humanitária que se agravam progressivamente em outros territórios, como na Síria, Líbia, Sudão do Sul, República Centro-Africana e Palestina.

Os dez anos de MINUSTAH no Haiti não podem ser analisados como um bloco unitário. Analistas tendem, inversamente, a delimitar fases bem distintas. A primeira, entre 2004-2009, seria marcada por um relativo sucesso na pacificação do país pelas forças da ONU. Já a segunda, referente aos anos de 2010-2011, traz os esforços emergenciais no pós-terremoto e as intervenções ad hoc no sentido de mitigar os efeitos econômicos desta nova crise. A terceira fase, corresponde aos anos de 2012-2013, com o recrudescimento da violência e o surgimento de novos grupos armados. Uma nova estabilização passa a ocorrer no final de 2013, abrindo caminho para uma etapa subsequente, que incluiria esforços mais significativos em termos de reconstrução e desenvolvimento.

A ONU acredita que a intervenção da MINUSTAH cumpriu com seu principal objetivo de pacificação do território, auxiliando a Polícia Nacional Haitiana (inexistente em 2004 e hoje contando com aproximadamente 11 mil policiais) a restabelecer o controle e a segurança do país<sup>22</sup>. Desde 2007, não há registros de confronto entre as forças da ONU e grupos armados locais<sup>23</sup>. Apesar das taxas de crimes e homicídios terem caído no período entre 2007

e 2011 e serem expressivamente mais baixas do que a média de outras cidades caribenhas e latino americanas, constatou-se uma elevação da violência urbana entre 2011 e 2012, incluindo aumento de homicídios e impactando principalmente moradores de zonas mais vulneráveis da capital Port-au-Prince (Kolbe e Muggah, 2012). Pesquisas e relatos demonstram que a polícia nacional ainda não é referência para a população haitiana, seja pela sua limitada capacidade de atender a população ou pelos relatos de pedido de propinas, abusos sexuais por parte de policiais e recusas de atendimento à população (Kolbe e Muggah, 2012), apontando para futuros desafios em termos de fortalecimento das capacidades institucionais da polícia haitiana.

Por outro lado, ecos positivos deste cenário podem ser vistos na melhora progressiva dos indicadores socioeconômicos do país (aumento da renda per capita, queda na mortalidade infantil, melhoria no acesso à água, entre outros), confirmados por recente relatório do PNUD acerca da implementação do Objetivos do Milênio no país. Ainda assim, esses mesmos indicadores demonstram uma situação drasticamente inferior à média dos demais países da América Latina e do Caribe (World Bank Atlas, acesso agosto de 2014).

Apesar das promessas, a reconstrução do Haiti ainda não demonstra resultados proporcionais aos significativo volume de recursos investidos no país. A desilusão com a cooperação internacional é acompanhada por um desgaste da MINUSTAH que, remodelada para dar mais autonomia à nascente Polícia Nacional Haitiana e reduzir espaços para potenciais abusos contra a população por parte de seus integrantes, passa a não mais gerir algumas das questões de segurança do dia-a-dia das comunidades. Nesse sentido, vale destacar que a situação atual de segurança no Haiti não é a mesma crise civil que motivou o componente militar da MINUSTAH em 2004, colocando em questão a relevância do seu mandato frente aos desafios futuros. Na visão de Rubem César Fernandes, da Viva Rio, estar presente no terreno, mas não poder responder a muitos dos chamados da população local alimenta uma sensação crescente de impunidade e impotência, que desgasta ainda mais

22 Esta avaliação foi expressada recentemente pelo Secretário Geral da organização em visita ao Haiti (julho 2014), em matéria oficial da ONU sobre a visita.

23 Uma análise crítica sobre os grupos armados, as gangues e outras associações políticas, no Haiti ver: Kolbe (2013).

a percepção local acerca da presença da ONU. Percepção esta já bastante fragilizada, por conta da responsabilidade da MINUSTAH pela vinda do cólera ao país, acrescenta um entrevistado das Nações Unidas no Haiti.

Domesticamente no Brasil, partidos de oposição expressaram seu descontentamento com o engajamento no Haiti, por avaliarem custos e prioridades frente aos desafios sociais que persistem no Brasil. Vozes dentro do próprio governo, alertavam ainda para as armadilhas do que eles viam como uma intervenção que se tornaria ocupação. Este último ponto encontrou certa ressonância em setores da sociedade haitiana, incluso nos círculos mais ligados ao ex-Presidente deposto Jean-Bertrand Aristide.

Vozes locais (estatais e não-estatais) ainda pouco representadas no debate público no Brasil, apontam para crescente desconforto com relação à presença da MINUSTAH, que para alguns se configura como uma “ocupação militar”<sup>24</sup> e contribui com a manutenção de uma ordem social favorável ao processo de exploração econômica por parte de potências como Estados Unidos, Canadá e França<sup>25</sup>.

Ainda que alguns achem que a presença militar da MINUSTAH seja um preço a pagar pela securização do país, parte do legislativo já vocaliza mais abertamente sua insatisfação. Um dos líderes da oposição, o senador haitiano Jean Charles Moises, tem denunciado o uso das tropas da ONU para fins de controle social; dispersando manifestações populares e protestos em zonas urbanas e expulsando camponeses em zonas rurais para garantir a exploração mineral por companhias privadas.

De acordo com campanha, encampada por organizações brasileiras, haitianas e latino-americanas:

*“O Senado do Haiti pediu duas vezes a retirada das tropas. Pesquisas recentes indicam que 89% da população rejeitam a presença da MINUSTAH e a onda de mobilizações massivas, que seguem crescendo desde outubro de 2013, pedindo a renúncia do presidente, reclama sempre pelo fim da ocupação.”*

(PACS, 2014)



Créditos: Luara Lopes

24 Para um exemplo de jornalismo crítico ver por exemplo Nassif (2014). Já na academia brasileira, uma exceção é a tese de doutorado de Franck Seguy defendida na Unicamp em 2014. Ver Seguy (2014)

25 Para mais críticas da sociedade civil haitiana ver análises e entrevistas de representantes da Plataforma Haitiana de Ação por um Desenvolvimento Alternativo em <http://www.papda.org/>

Para além do surto do cólera, pouco se fala sobre os contornos no terreno da presença da Missão. A presença do tema é ainda tímida na mídia tradicional brasileira e seus impactos na vida da população haitiana são pouco estudados. As raras análises sobre o assunto versam, majoritariamente, sobre os encargos da Missão no Tesouro Nacional<sup>26</sup> ou então sobre a presença do Exército brasileiro na ilha caribenha e sobre o “soft power” exercido pelas tropas ali posicionadas. Este foco limitado eclipsa outras narrativas existentes. Também é pouco debatida a situação das próprias tropas brasileiras que, devido à natureza de sua atuação no terreno e distância do país de origem, vivem sob situações de grande pressão e estresse<sup>27</sup>.

Passada uma década, há quem avalie que a Missão se alongou demasiado: ainda que haja muito por fazer em termos de desenvolvimento humano e social, os objetivos de pacificação

preconizados já haveriam sido alcançados. Avalia-se também que o Haiti esteja sob um excesso “intervenção internacional” (incluindo países e organizações internacionais multilaterais e não-governamentais), onde as agendas e modelos de desenvolvimento defendidos pela miríade de atores trariam consigo inúmeros conflitos, impediriam uma coordenação efetiva e por vezes fragilizariam ainda mais o Estado haitiano<sup>28</sup>. Outros de maneira oposta, argumentam que o engajamento internacional é ainda insuficiente para fazer frente aos desafios do país. Este é, por exemplo, o caso do governo brasileiro que criticou em distintas ocasiões a falta de compromisso dos países do Norte com a solução da crise haitiana<sup>29</sup>. Para além do esforço continuado e da maior coordenação entre parceiros, especialistas no terreno enfatizam a necessidade da cooperação internacional ser mais responsiva às demandas locais, alinhando-se mais fortemente às prioridades designadas pelo governo haitiano.

26 Ver por exemplo: Freitas e Zanini (2014) ou Valente (2013).

27 Ver uma das poucas matérias sobre o assunto em “O Brasil não sabe nada sobre seus soldados suicidas”, Charleaux (2013)

28 Ver, por exemplo, a análise de Malacalza (2014), que apresenta três modelos concorrentes hoje presentes no Haiti: a “diplomacia público-empresarial” dos Estados Unidos e outros doadores tradicionais, a “politização solidária alternativa” dos países da ALBA e a “diplomacia neo-desenvolvimentista” do Brasil, Argentina e Chile.

29 Presidente Lula fez discurso cobrando envolvimento maior dos países ricos em janeiro 2010, e em fevereiro de 2014, a Presidente Dilma voltou a cobrar maior engajamento da comunidade internacional com a solução duradoura da crise haitiana. Ver também Catanhêde (2012)

## Cooperação para o Desenvolvimento

Explorando a terceira dimensão do engajamento brasileiro estão as atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) promovida por instituições públicas. Concretamente, para além dos esforços de paz, a cooperação técnica brasileira ocorre sobretudo em agricultura, saúde, segurança alimentar e nutrição, infraestrutura, segurança pública, desenvolvimento social, biocombustíveis e meio-ambiente. Desde 2004, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) qualifica o Haiti como uma das prioridades da cooperação técnica brasileira com países em desenvolvimento.

### Cooperação com HAITI em números

Entre 2005 e 2010 o Haiti recebeu cerca de R\$254 milhões entre cooperação técnica, humanitária, bolsas de estudos e créditos extraordinários para custear as ações de recuperação e reconstrução pós terremoto.

Em 2010, segundo o relatório COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (IPEA/ABC, 2013), o Haiti foi o principal parceiro do Brasil: foram destinados ao país R\$ 130 milhões em créditos extraordinários em assistência humanitária, R\$ 92,5 milhões com as modalidades de cooperação contabilizadas pelo relatório e mais BRL 467 milhões nas atividades militares da MINUSTAH, custeadas pelo Ministério da Defesa.

Entre os projetos de CTPD coordenadores pela ABC, o Haiti posiciona-se em 4º país na lista de países beneficiários (após os tradicionais parceiros lusófonos: Moçambique, Timor Leste e Guiné-Bissau). Em número de ações (projetos e atividades) o Haiti era, em 2012, o 3º país beneficiário de cooperação, com 36 ações. Era também o principal parceiro no Caribe/América Central<sup>30</sup>.

Segundo a página da ABC na internet, até o presente momento, mais de 50 ações de cooperação foram ou estão sendo implementados no Haiti - grande parte dele foi iniciada após o abalo sísmico de 2010. Um estudo feito em 2012 compilou cerca de 50 entidades distintas atuando em ações brasileiras: 32 agências públicas brasileiras, 10 agências do Haiti, 12 parceiros de outros países e agências multilaterais (Hirst 2012)<sup>31</sup>.

A área da saúde se destaca em números de projetos. Também bastante significativo é o número de iniciativas de cooperação triangular (ou trilateral) levadas a cabo no Haiti pelo Brasil. A cooperação triangular é uma modalidade relativamente recente no panorama da cooperação internacional para o desenvolvimento e bastante presente no Haiti<sup>32</sup>. Para além da tradicional triangulação envolvendo organizações multilaterais, doadores do Norte, doador do Sul e país beneficiário, no Haiti são encontradas formas bastante inovadoras de triangulação Sul-Sul, como o projetos do Fundo IBAS de gestão de resíduos sólidos, o projeto Brasil-Argentina-Haiti de construção de cisternas ou então o projeto Brasil-Cuba-Haiti sobre fortalecimento da Rede Haitiana de Vigilância, Pesquisa e Educação em Saúde. Este último, envolve do lado brasileiro, além do Ministério da Saúde, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para além das atividades de responsabilidade da ABC, cabe também destacar no contexto haitiano as ações da Coordenação-Geral de Ações de combate a Fome (CGFome), órgão do MRE responsável pela cooperação humanitária do Brasil. Junto a organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e o Programa Mundial de Alimentos, a CGFome coordena atualmente quatro projetos: o Lèt Agogo (auxílio à produção local de leite)<sup>33</sup>, o projeto piloto Nippes 2013-2015 (apoio à produção local de alimentos e subsequente uso destes alimentos para alimentação escolar), o projeto de banco de sementes (resgate e uso de semente crioulas) e a formação em sistemas alimentares agroecológicos e em segurança alimentar e

30 Ver compilação feita por Leite et al (2014) com base nas informações contidas nas duas edições do COBRADI publicadas até então, contemplando os períodos de 2005-2009 e 2010.

31 O Anexo 1 traz uma compilação das ações de CTPD com o Haiti listadas no site da ABC.

32 É o que afirmam, por exemplo, Ayllón e Leite (2010) e Abdenur (2007)

33 Ver vídeo (em francês, legendado em inglês) produzido pela FAO e o governo Brasileiro sobre o projeto: : <http://youtu.be/JQdR4oQSCAQ>

nutricional (destinada a assentados da reforma agrária e pequenos produtores rurais). Para a CGFome, trata-se de utilizar a experiência brasileira à serviço de objetivos de desenvolvimento do governo haitiano. A produção e compras locais para alimentação escolar se conjugaria, assim, à estratégia nacional do governo haitiano de universalização da educação básica e de fortalecimento agrícola.

O órgão apoia ainda duas outras iniciativas: um diálogo com lideranças da sociedade civil haitiana sobre a Missão de Paz da ONU (junto ao Programa de Voluntários das Nações Unidas/Civil Affairs da MINUSTAH) e o projeto de Busca ativa - de testes e aconselhamento - no campo do HIV/AIDS (junto ao Fundo de População das Nações Unidas).

A imbricação de desafios de desenvolvimento aos quais estes tipos de projetos respondem é ilustrativa do caráter híbrido que vem assumindo a cooperação humanitária sustentável do Brasil, com ações de caráter emergencial e também ações estruturantes. Através dela, o Brasil almeja promover ações que conjuguem diferentes modalidades de cooperação voltadas a distintos setores sociais do país parceiro, apoiando processos de desenvolvimento social sustentável.<sup>34</sup> Não por acaso, analistas em busca de conceitualização da experiência brasileira têm se confrontado com uma fronteira igualmente porosa entre a cooperação humanitária e tradicional cooperação horizontal ou técnica.

Ainda, vale mencionar a atuação de municípios brasileiros no Haiti, por meio da cooperação descentralizada. Cidades brasileiras, articuladas na Frente Nacional de Prefeitos (FNP), se mobilizaram para auxiliar nos esforços de reconstrução do Haiti após o terremoto. Esta iniciativa culminou na assinatura de um protocolo de intenções entre a ABC e a FNP para promover o diálogo entre prefeitos brasileiros e haitianos (Leite, 2011).

Posto o dissenso acerca do envolvimento militar do Brasil no Haiti, cresce o debate acerca das condições de retirada e quais serão as responsabilidades do Brasil em relação à ilha caribenha uma vez terminada sua participação na MINUSTAH, sabendo da instabilidade político-eleitoral, da permanência do cólera e outras doenças como o vírus Chikungunya<sup>36</sup> e da chegada contínua de migrantes haitianos ao Brasil. Este cenário deixa antever que ainda que sem o componente militar, o engajamento brasileiro no Haiti, sobretudo em sua modalidade técnica e humanitária, ainda possuem razão de ser.

## Para além do Estado: sociedade civil e investimento privado

Junto às iniciativas geridas e implementadas por atores governamentais, encontra-se uma miríade de outros atores não-governamentais: entidades sem fins lucrativos (ONGs, movimentos sociais e instituições religiosas) e também empresas e investidores privados. Entre as organizações da sociedade civil, destacam-se ONGs, cuja atuação internacional se dá nos moldes da “transferência de tecnologia social” em áreas nas quais possuem expertise. No Haiti, a maior e mais conhecida organização é o Viva Rio.

Reconhecida por seu trabalho de negociação junto a comunidades no Rio de Janeiro, o Viva Rio chegou ao Haiti a convite da MINUSTAH, ainda nos primeiros anos da Missão, para auxiliar na avaliação do programa de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR)<sup>36</sup>. Chegou como cooperante brasileira e hoje é uma organização registrada juridicamente no Haiti, com 225 funcionários (95% deles haitianos), segundo Rubem Fernandes, Diretor-Executivo da organização no Brasil. Hoje atividades do

34 Para mais informações sobre a concepção de cooperação humanitária adotada ver o relatório COBRADI 2010 (IPEA/ABC, 2013) e o Balanço Cooperação Humanitária 2006-2010 (CGFOME/MRE 2011)

35 Sobre o novo vírus ver nota estratégica do Instituto Igarapé (Igarapé, 2014).

36 Ao contrário do que se poderia imaginar, este primeiro contato entre a MINUSTAH e a organização brasileira Viva Rio não foi mediado pelo governo brasileiro. Em realidade, foi uma indicação de um especialista em redução de violência, Robert Muggah, hoje Diretor de Pesquisa do Instituto Igarapé. O Igarapé é think-tank com sede no Rio de Janeiro que trabalha, entre outros, com questões ligadas ao Haiti. Seu foco têm sido as pesquisas, sobretudo surveys e pesquisas de opinião, sobre criminalidade e suas consequências econômicas e sociais. Uma lista das principais publicações do Igarapé sobre Haiti pode ser vista no anexo 2

Viva Rio - de segurança comunitária, saúde, educação, cultura, esporte entre outros - se dão sobretudo no marco da seção de Redução de Violência Comunitária da MINUSTAH<sup>37</sup>.

*“Existe uma ambiguidade positiva em sermos uma organização brasileira e haitiana. Um lado reforça o outro. Nos reinventamos no Haiti. Entre 2007 e 2009 negociamos acordos de paz, negociamos festas e carnaval, negociamos água. Somos no Haiti uma organização mais interessante do que no Brasil”*

(Rubem Fernandes, Diretor Executivo, Viva Rio)

A lista de projetos do Viva Rio no Haiti é grande. Vai de campanhas comunitárias, à gestão da academia de futebol “Pérolas Negras”<sup>38</sup> e de uma escola de formação em ecoturismo, entre muitos outros. Segundo relatório da organização de 2011, os projetos já envolveram uma equipe de mais de 800 funcionários em benefício de 200 mil pessoas. A organização vê um saldo positivo de sua presença no Haiti, com sucessos concretos nas regiões centrais até 2009, mas alerta para as dificuldades crescentes nestas mesmas áreas desde o terremoto. “Hoje nestas áreas o que fazemos é resistir, sobreviver”, acrescenta Fernandes.

Paralelamente, outros atores sociais brasileiros, cooperam com o Haiti nos moldes de uma narrativa orientada pelo princípio de solidariedade internacional. Nesta vertente, o principal ator brasileiro atuando continuamente no Haiti é o Movimento dos Sem-Terra/Via Campesina. A Brigada Internacionalista da Via Campesina está no Haiti desde 2009 com ações de apoio aos camponeses locais em técnicas agrícolas de produção de sementes nativas, manejo de água e outras atividades correlatas. A Brigada atua também no fortalecimento do movimento camponês no Haiti.

Tem-se ainda a ação pontual de organizações e movimentos sociais de defesa de direitos. Organizações como o Jubileu Sul e a Conlutas, encabeçam campanhas de solidariedade e vocalizam críticas à presença da MINUSTAH. As organizações de incidência política Justiça Global e a Conectas Direitos Humanos, por sua vez, dedicam-se menos aos desafios de desenvolvimento local e mais ao acompanhamento do impacto da presença brasileira no Haiti<sup>39</sup>.

Finalmente, tem-se o papel de instituições religiosas brasileiras, sobretudo a Cáritas, a Conferência Episcopal Brasileira (CNBB), a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a Pastoral da Criança<sup>40</sup>. Essas realizam ações permanentes no campo da saúde, combate à fome, educação e apoio à comunidade, com especial atenção às mulheres. Participaram ativamente dos esforços de reconstrução do país no pós-tremor, incluso por meio de arrecadação de fundos no Brasil para auxiliar nas atividades de reconstrução no Haiti (como a campanha “SOS Haiti”).

Apesar de independentes, o engajamento de atores brasileiros não-estatais possuem inúmeras interfaces, ainda que por vezes incipientes, com a chamada cooperação oficial prestada pelo governo brasileiro. Ilustra esta interação a existência de um Fórum de Coordenação da Sociedade Civil brasileira no Haiti que se reuniu entre 2010 e 2011 para discutir o papel da sociedade civil brasileira na reconstrução do Haiti. Encontros tiveram a participação de organizações haitianas e foram organizados pela CGFome (Hirst, 2012). Desde então não houveram novos encontros.

A presença da sociedade civil brasileira no Haiti é diversa e apresenta diferentes estratégias de engajamento e consolidação de vínculos.

37 Iniciou seu trabalho nos bairros centrais de Bel Air e Cité Soleil, posteriormente expandindo suas atividades para regiões mais distantes como Bon Repos e Arcahaie.

38 Para saber mais, ver vídeo produzido em 2014 pela Viva Rio sobre seu trabalho junto à Academia de Futebol Pérolas Negras (“Académie de Football Perles Noires”).

39 A Justiça Global tem atuado mais frontalmente no sentido de crítica da presença da MINUSTAH no Haiti, documentado violações de direitos humanos cometidas pelas tropas e participando de campanhas pela retirada da Missão. Já a Conectas, tem atuado sob outro prisma; trazendo a questão da vinculação entre a presença brasileira no Haiti e as responsabilidades do país diante dos crescentes fluxos migratórios que chegam ao país. Ver também, discurso da Conectas em debate no Congresso sobre 10 anos da MINUSTAH (Congresso Nacional, 2014).

40 Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança no Brasil (entidade presente em mais de 20 países), faleceu no Haiti em 2010, por consequência do abalo sísmico ocorrido naquele ano. Zilda estava no Haiti justamente para replicar, junto à Igreja local, a Pastoral da Criança. Ainda que sem sua fundadora, a entidade iniciou suas atividades no Haiti em 2011, na cidade de Fort-Liberté, fronteira com a República Dominicana. No ano de sua criação, a Pastoral atendia 250 pessoas e contava com 28 voluntários (Voitch, 2011).

## Setor privado

Cooperação internacional para o desenvolvimento e investimento privado tem caminhado conjuntamente em diversos contextos, e o Haiti não é uma exceção. Ainda que tímida, a expansão do setor privado brasileiro no Haiti tem se dado com o apoio de ambos os governos e, por vezes, no marco de iniciativas de fomento promovidas por bancos multilaterais e fundações internacionais<sup>41</sup>. Contudo, analisando os resultados concretos dos últimos dez anos pode se dizer que o cenário parecia mais promissor do que se mostrou na prática, sobretudo no contexto do pós-terremoto.

Afim de reverter este cenário, o governo haitiano busca atrair não apenas a assistência, mas também o investimento do Brasil no Haiti. Em visita ao Brasil em maio de 2013, o Primeiro Ministro Haitiano, Laurent Lamothe, afirmou intenção de implementar no país um modelo de desenvolvimento “similar ao adotado no Brasil por Lula; aliando o sistema privado e a necessidade de atender às camadas mais carentes da população”<sup>42</sup>. O crescimento constante, ainda que tímido, do comércio bilateral desde 2004, exemplifica estas possíveis sinergias<sup>43</sup>.

Entre 2009 e 2013, o comércio entre os dois países cresceu 54,6%, de US\$ 34 milhões para US\$ 52,6 milhões. As exportações brasileiras cresceram 56,7% e as importações apresentaram queda de 21,5% no período indicado. O saldo da balança comercial, foi favorável ao Brasil em todo o período, registrando superávit de US\$ 51 milhões em 2013. (Brasil, 2014). O Haiti foi em 2013 o 123º parceiro comercial do Brasil, com participação de 0,011% no comércio exterior brasileiro. Destaca-se o crescimento recente da exportação de armas e munições.

Segundo nota do Itamaraty publicada em 2013, empresas brasileiras investem sobretudo em setores como energia e infraestrutura. Neste último setor, se destaca a presença (até 2012) da construtora brasileira OAS. A empresa assinou em 2009, junto ao governo haitiano, contrato para a construção da rodovia Camp Perrin-Jérémie, no sul do país. Um projeto orçado em USD 132 milhões, com financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em setembro de 2012, com 60% da obra concluída, os trabalhos foram paralisados a pedido da OAS que alegou que o governo haitiano não havia desapropriado a região como acordado. Em novembro daquele ano, a empresa encerrou suas atividades no Haiti<sup>44</sup>.

Em 2011, o governo brasileiro mencionou também a intenção de adotar um programa de concessão de preferências comerciais ao setor têxtil e de confecções do Haiti. O investimento privado brasileiro no setor têxtil haitiano visava à exportação de produtos ao mercado americano. Desde 2006, os Estados Unidos possuem um acordo preferencial de comércio, o Hope [Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement] que permite aos produtos industriais fabricados no Haiti chegarem aos EUA sem tributação de impostos. Segundo o governo, o projeto não apenas fortaleceria a indústria têxtil local, mas também criaria oportunidades para o empresariado brasileiro vender suas mercadorias aos EUA (Senado, 2011). O projeto, entretanto, não saiu do papel.

Concretamente, na área comercial os principais produtos exportados pelo Brasil nos últimos três anos foram madeira, carnes e máquinas elétricas (Brasil, 2014). As áreas de segurança e defesa também têm recebido atenção do setor privado brasileiro. A

41 As conferências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Haiti para promover investimentos externos no país são exemplos deste tipo de iniciativa. O primeiro fórum de negócios, em 2009, contou com mais de 500 empresários de todo o continente, incluso do Brasil, interessados nos setores de vestuário, energia limpa e agronegócio. Uma segunda edição, ainda maior, foi realizada em 2011.

42 Ver AméricaEconomia (2014)

43 Ver nota 8.

44 Segundo o jornal Folha de São Paulo, a empresa exigiu do governo na ocasião uma indenização de USD 42 milhões. Ainda segundo a Folha, a OAS saiu do Haiti, sob forte protestos da comunidade local, que desejava a permanência da empresa por conta da geração de empregos e antecipava os impactos negativos das obras inacabadas, no sistema elétrico e hídrico da região. Fontes locais informaram que o protesto foi violentamente reprimido pela Tropa de Choque da polícia haitiana, com apoio da MINUSTAH. Foi reportada uma morte e diversos feridos. A empresa pretendia atuar também na construção da hidroelétrica de Artibonitte, mas o projeto acabou não saindo do papel.

indústria de defesa brasileira participa dos esforços da MINUSTAH no país, seja no envio de blindados, seja como fornecedor de armas e munições. De acordo com o Itamaraty, a exportação de armas e munições para o Haiti, inexistente em 2011, alcançou a cifra de USD 2,5 milhões em 2013, representando naquele ano 4,8% da pauta de exportações ao Haiti (Brasil, 2014).

Neste contexto, cabe destacar o volume crescente do comércio de armas não-letais (bombas de gás lacrimogêneo e armas de efeito moral, por exemplo) para o Haiti. Já foi documentado que a Condor, principal empresa fabricante destes produtos no Brasil, é também a principal fornecedora deste tipo de equipamento não-letal para uso pelo Exército Brasileiro no Haiti<sup>45</sup>. Quanto aos blindados, o protótipo em uso no Haiti é o “Guará” produzido pela Aviabrás para

os Grandes Eventos Esportivos no Brasil e enviado ao país para fins de teste (Neto, 2013)<sup>46</sup>.

Por fim, um elemento interessante da presença do setor privado brasileiro no Haiti no contexto do terremoto de 2010 foi a participação de algumas das transnacionais brasileiras operando na região do Caribe nos esforços humanitários oficiais, doando maquinários (Oderbrecht e OAS) e mão-de-obra para trabalhar na desobstrução de vias e remoção de escombros ou ainda facilitando doações de água e alimentos de outras multinacionais (Nestlé e Ambev). Segundo matéria do jornal Estado de São Paulo (Rodrigues e Thomé, 2010), a Embratel e Telefônica também ajudaram na recuperação do sistema de telecomunicações entre bases do Exército brasileiro no pós-terremoto.



45 Acredita-se ainda que o Haiti tenha sido o laboratório para o uso - ainda em 2008 e por parte de Forças Brasileiras - deste tipo de equipamento, em situações de protestos sociais. Prática que se tornou bastante difundida no Brasil, no ciclo de protestos iniciado em junho de 2013. O uso deste tipo de arma é objeto de debate na comunidade de especialistas: alguns apoiam por se tratar “do uso qualificado da força”. Já outros contestam o uso excessivo deste tipo de equipamento que, apesar teoricamente não-letal, ainda hoje tem seu uso pouco regulado pelos Estados, causa ferimentos graves, e em casos extremos, pode matar.

46 Já o campo da segurança privada não conta, até o momento, com empresas brasileiras. Legalizados no país desde 1988, e funcionando até hoje com uma regulamentação estatal incompleta e muito genérica, os grupos de segurança privada no Haiti cresceram vertiginosamente nos últimos anos. Estudo recente traz dados do Ministério do Interior haitiano, segundo os quais em 2011 existiam 41 empresas privadas de segurança atuando no Haiti, muitas de origem internacional (Burt, 2012). O número total de funcionários destas empresas era de 12 mil homens, um pouco acima das forças de segurança nacionais do país, que contava com 10 mil homens. É importante notar que os principais clientes de segurança privada são as próprias organizações internacionais, ocupando 50% do mercado. Ademais, estas forças atuam sobretudo para proteger a parcela mais rica da população haitiana (sobretudo de risco de sequestros), e não as populações mais vulneráveis, em campos de deslocados internos e outros. A MINUSTAH afirma ser um problema o porte de armas de fogo por agentes privados, já que a pouca regulação disseminou o uso ilegal de armas leves. Em 2010, casos de abuso no uso da força por este tipo de segurança privada acarretaram em comunicado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Destinos imbricados: A migração haitiana ao Brasil

O governo brasileiro estima que hoje haja aproximadamente 30 mil haitianos instalados no país, sendo que aproximadamente 16 mil pessoas teriam vindo no contexto do pós-terremoto, atravessando as fronteiras do Norte do Brasil. Os haitianos, em sua maioria, migram fugindo da vulnerabilidade crônica em seu país natal, em busca de melhores condições de vida. A atratividade que o país exerce na ilha caribenha se explica não somente pelo crescimento econômico do Brasil na última década<sup>47</sup>, mas também por sua presença física na ilha, acompanhada de inúmeras atividades de cunho político-cultural que ganham visibilidade (e simpatia) junto à população local. Paralelamente, a migração de haitianos ao Brasil inclui mais uma dimensão às relações bilaterais dos dois países, pois passa a contar com um conjunto de ações adotadas por distintos órgãos do governo federal, e por unidades subnacionais (como o governo do Acre e a prefeitura de São Paulo, entre outros). Ao apoio político e material no Haiti, passa a existir em solo brasileiro, políticas e investimentos públicos específicos para a acolhida dos haitianos.

Não há como desvincular a política externa brasileira para o Haiti das políticas domésticas voltadas aos migrantes haitianos no Brasil.

O aumento do movimento migratório, sobretudo o adensamento da chegada de migrantes sem a documentação exigida para entrada no país pelas fronteiras ao Norte (nos estados do Amazonas e Acre) foi recebido pelo Brasil com uma série de políticas de acolhimento. Muito cedo, o governo federal buscou tratar a questão da migração haitiana de modo solidário, como sendo uma “questão humanitária”. Colette Lespinasse, ex-coordenadora do “Groupe d’Appui aux Rapatriés et Réfugiés” no Haiti, considera positivo este tratamento dados aos haitianos. Acrescendo ser uma exceção mundial para migrantes vindos do Haiti. Ainda sim, segundo especialistas lidando com a questão aqui no Brasil, a sequência de medidas *ad hoc* que marcam o tratamento dos migrantes haitianos no país trazem à tona os desafios encontrados pelas autoridades nacionais para lidar com o tema das migrações. Para além da natureza complexa da atual migração haitiana<sup>48</sup> tais desafios dizem respeito aos limites impostos à concessão do chamado “visto humanitário”<sup>49</sup> que aumentou a vinda de imigrantes por rotas ditas “ilegais” e ação de coites<sup>50</sup>; às dificuldades de operacionalização da acolhida em território nacional por meio do abrigo de Brasileira e de São Paulo, aos obstáculos relacionados à regularização da permanência e à fiscalização de condições trabalho dos recém chegados e, finalmente, à ausência de uma autoridade migratória,<sup>51</sup> Uma maior organização no recebimento e processamento dos pedidos de visto na capital haitiana de Port-au-Prince e priorizar a luta contra o tráfico de pessoas e exploração correlatas são

47 Para além de uma atratividade simbólica, representada pelo crescimento econômico sustentado a partir dos anos 2000, Colette Lespinasse, especialista em migração haitiana, menciona igualmente o mercado aquecido no setor da construção civil - incluso por conta dos megaeventos esportivos que o Brasil sediou e sediará nos próximos anos. Lespinasse também aventa a possibilidade de haitianos

48 Sobre o perfil da migração haitiana ver Mota (2014a)

49 Com relação à concessão de vistos humanitários, o MRE emitiu até o momento 9.962 vistos. Especialistas em migração reconhecem o esforço, mas acreditam que esteja aquém do necessário. Muitos deles contestam incluso a necessidade deste tipo de visto, por se tratar de um instrumento limitado em seu caráter protetor. Alternativamente, alguns juristas afirmam que o Brasil poderia fazer uma interpretação moderna da Lei Internacional do Refúgio (1951), ampliando seu escopo para abarcar também o refúgio ambiental, o que permitira a concessão de direitos de refugiados aos haitianos no Brasil. Já para outros, não se trata de ampliar categorias de refugiados e sim de consolidar o rol de direitos garantidos a todo e qualquer migrante, por exemplo por meio da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias. Incluso, alguns países da América Latina já caminham em direção desse paradigma: Venezuela, Uruguai, Bolívia e Argentina – que possuem leis de migração garantistas de direitos.

50 São tidos como ilegais aqueles que entram em território sem a documentação exigida pelas autoridades fronteiriças. Muitos especialistas discordam do uso do conceito de imigração ilegal, pois acreditam que migrar seja um direito humano, preferem o termo de “irregular”. O termo “ilegal” remete ainda a um tratamento criminalizante das migrações internacionais. Tratar um migrante não-documentado de ilegal acarretaria um tratamento excessivamente securitário e estigmas não-negligenciáveis aos próprios migrantes. As rotas ditas “ilegais” são justamente aquelas que submetem o migrante a maior vulnerabilidade, pois este fica à mercê da ação de coites ou atravessadores. Haitianos rumo ao Brasil chegam a pagar USD 3 mil a estes intermediários (Mota 2014b)

51 Ver também lista de recomendações ao governo brasileiro e a entidades internacionais elaborada pela organização Conectas (Conectas, 2013).

igualmente melhorias prioritárias listadas por Lespinasse.

No entanto, avanços normativos são sempre difíceis de serem obtidos e as carências institucionais são múltiplas. Nesse sentido, figura como passo importante para a busca de alternativas sustentáveis, o reconhecimento, por parte do próprio Ministério da

Justiça<sup>52</sup> do papel das organizações comunitárias de migrantes e da sociedade civil (como Caritas Arquidiocesana, a Missão Paz, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos) em suprir estas deficiências e mediar a chegada e adaptação dos haitianos no país.

## Considerações finais

Apesar de termos focado essa breve análise no período pós 2004, com o início da MINUSTAH e a atuação brasileira no país, é importante resgatar alguns elementos do contexto sócio econômico haitiano que enquadram desafios e perguntas pertinentes para os processos de estabilização e reconstrução com vistas ao desenvolvimento do país.

O Haiti apresenta historicamente um cenário de pobreza e vulnerabilidade extrema. Atualmente, 80% de sua população vive abaixo da linha da pobreza (World Factbook, CIA), o país apresenta grandes lacunas de infraestrutura social e econômica, uma séria crise alimentar e um cenário cada vez mais agravante para as haitianas, que sofrem altos índices de violência sexual. Seu sistema político frágil foi marcado por uma recente ocupação norte-americana (1915-1934), governos autoritários e instabilidade política. Ainda sob intervenção da comunidade internacional, as incertezas permanecem. O atual presidente Martelly e o parlamento não logram consenso sobre como realizar as eleições municipais e legislativas programadas para outubro de 2014. O Haiti passou por uma forte liberalização econômica, privatização de serviços como água, educação e telecomunicações. Hoje, o planejamento da reconstrução econômica se apoia na liderança do setor privado, sob o emblemático slogan da administração de Martelly: “Haiti is open for business”.<sup>53</sup> Além disso, a ajuda internacional já se fazia consideravelmente presente no país antes de 2004 e os esforços humanitários pós terremoto devem ser contextualizados também frente aos avanços e dificuldades relacionados à presença e à agenda das agências e doadores tradicionais do Norte.

Assim, o contexto haitiano combinado com o engajamento brasileiro e de outros atores internacionais traz questões complexas no que diz respeito a uma agenda de desenvolvimento social e econômico do país caribenho.

A partir da decisão de integrar a MINUSTAH, o Brasil assume compromissos em diversas frentes: com os resultados e consequências (diretos ou indiretos) da própria missão (como o surto de cólera e aumento da migração haitiana para o Brasil) e com o apoio aos esforços de reconstrução (incluindo não só infraestrutura, mas também estabilidade política e desenvolvimento social e econômico). Ainda, a experiência do engajamento multifacetado brasileiro no Haiti suscita uma séria de aprendizados e reflexões que devem alimentar a trajetória da política externa e cooperação internacional brasileira.

Desde a perspectiva de continuidade da presença brasileira no Haiti, convém reforçar que o Brasil tem a contribuir (e vem contribuindo) para muito além do componente da MINUSTAH. O Brasil é reconhecido pelas suas inovações e resultados em campos como a saúde, combate à fome e proteção social, agricultura familiar, habitação popular e educação. Ainda, sua trajetória de construção de políticas públicas conta com um forte elemento participativo, no qual a sociedade civil desempenha um papel fundamental de co-elaboração e disputa em busca de alternativas mais equitativas e democráticas. Esses são campos que já estão na agenda brasileira de cooperação e que podem articular-se no

52 Ver declaração do Secretário Nacional de Justiça a este respeito em Mota (2014b)

53 Vitrine dessa estratégia são as zonas francas industriais, com vistas à exportação e à exploração de mão de obra, e grande dependência do mercado norte americano – 80% das exportações haitianas são destinadas aos EUA (Brasil, 2014). A corrida ao ouro no norte do país envolve concessões pouco transparentes a empresas de extração. E o setor turístico é incentivado através de isenções de impostos e taxas por décadas. Para mais informações ver: Kennard (2012), Fresnillo (2014), Haiti Liberté e Haiti Grassroots watch (2012)

território, com o apoio e participação da sociedade brasileira e contrapartes haitianas, dando contornos concretos ao modelo de cooperação estruturante que busca consolidar capacidades institucionais com resultados sustentáveis.

Por outro lado, existem críticas contundentes quanto à governança, eficiência, eficácia e transparência dos processos estabelecidos pela comunidade internacional de doadores e financiadores para a reconstrução haitiana, plasmados na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti<sup>54</sup>. A cooperação sul-sul, ou horizontal, promovida pelo Brasil busca se diferenciar da ajuda tradicional ao desenvolvimento por seus princípios (como parceria e horizontalidade, respeito pela soberania e não interferência em assuntos domésticos, benefícios mútuos e sustentabilidade) e também práticas, que ensejam a consolidação da autonomia dos países parceiros. Nesse sentido, a expectativa natural que recai sobre a participação brasileira é de estimular uma construção conjunta do plano de retirada de tropas da MINUSTAH, assim como apoiar alternativas de reconstrução econômica que zelem pela autonomia dos haitianos em decidir seus caminhos e não reforcem, sem questionamentos, empreitadas que apontem soluções de desenvolvimento guiadas por interesses externos.

Finalmente, tendo em conta o caráter multifacetado e prolongado do engajamento brasileiro no Haiti, faz-se necessário sistematizar e publicizar os resultados e aprendizados nos distintos âmbitos de atuação e desde a perspectiva dos diversos atores envolvidos, entendendo que a construção desses insumos deve alimentar um debate público sobre a atuação, passada e futura, brasileira.

#### **Agradecimentos:**

**Colette Lespinasse, Ex-Coordenadora do "Groupe d'Appui aux Rapatriés et Réfugiés" e ativista haitiana de direitos humanos**

**Secretário Daniel Guimarães, da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.**

**Eduarda Hamann, Instituto Igarapé**

**Julia Weinstock, Consultora no Haiti**

**Marcos Aurélio Lopes Filho, CGFome**

**Raísa Cetra, Conectas Direitos Humanos**

**Rubem César Fernandes, Viva Rio**

<sup>54</sup> Ver análises de diversos atores da sociedade civil local e internacional em: Centro Gumilla (2010), Assunção (2010), Oxfam (2011), Dwyer (2012).

## Anexo 1. Ações de Cooperação da ABC.<sup>55</sup>

Ações da ABC	Duração	Implementador / Parceiros	Setor	Modalidade
Em execução				
Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva - Fase II	setembro de 2012 a setembro de 2014	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Desenvolvimento Social	Bilateral
Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai.	novembro de 2013 a dezembro de 2014	Instituto Rio Branco (IRBr)	Educação	Bilateral
Revitalização da Fazenda do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR) em Fond des Nègres	março de 2009 a janeiro de 2014	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia de Desenvolvimento do Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR)	Agricultura	Bilateral
Instituto Haitiano de Reabilitação de Pessoas com Deficiência	novembro de 2010 a novembro de 2013. (Instituto inaugurado em 5 de maio de 2014)	Ministério da Saúde (MS) e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (SBIBHAE)	Saúde	Bilateral
Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência	novembro de 2010 a junho de 2013	Ministério da Saúde (MS) e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (SBIBHAE)	Saúde	Bilateral
Fortalecimento da capacidade política institucional de agentes governamentais e não governamentais para a promoção de defesa dos direitos das pessoas com deficiência	dezembro de 2010 a junho de 2013	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)	Desenvolvimento Social	Bilateral
Apoio à Implantação e Implementação de Banco de Leite Humano	dezembro de 2010 a dezembro de 2012	Ministério da Saúde (MS), Instituto Fernandes Figueira- Fiocruz (IFF); Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Ministério da Saúde Pública e das Populações e a ONG Zanmi Lasanté	Saúde	Trilateral
Cooperação Técnica para o Fortalecimento da Polícia Rodoviária e Implementação do Plano de Redução de Acidentes	dezembro de 2010 a dezembro de 2012	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Segurança pública	Bilateral
Cooperação na área de turismo e hotelaria	Sem informação	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Educação	Bilateral
BRASIL – OIT – HAITI - Cooperação Técnica para Proteção de Crianças contra o Trabalho Infantil	novembro de 2007 a dezembro de 2010	Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Desenvolvimento Social	Trilateral

<sup>55</sup> Listadas em sua página da Internet, [www.abc.gov.br](http://www.abc.gov.br) (acessada em Julho de 2014)

BRASIL – UNFPA – HAITI - Cooperação Técnica para Apoio ao V Recenseamento Geral de População e Habitação	Censo realizado de 16 a 24 de março de 2013	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)	Cooperação técnica	Trilateral
BRASIL – PNUD - HAITI - Fortalecimento da Autoridade Sanitária	Acordo firmado em 2010	Ministério da Saúde, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Haiti (PNUD Haiti)	Saúde	Trilateral
Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional	outubro de 2009 a agosto de 2012	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	Desenvolvimento Social	Bilateral
Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff	julho de 2008 a julho de 2011	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR) e Afê Nèg Combite (ANC)	Agricultura	Bilateral
Polícia Federal Fase III - Capacitação técnica para formação de instrutores de táticas defensivas: defesa pessoal policial	outubro de 2010 a outubro de 2012	Departamento da Polícia Federal (DPF/MJ)	Segurança pública	Bilateral
Recuperação de infraestrutura rodoviária da zona metropolitana de Porto Príncipe - Fase III	Sem informação	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do Haiti, Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)	Infraestrutura	Bilateral
Recuperação de infraestrutura rodoviária da zona metropolitana de Porto Príncipe - Fase II	maio 2007 a dezembro 2011	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do Haiti, Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)	Infraestrutura	Bilateral
Capacitação da Polícia Nacional Haitiana – PNH fase II (Armamento e Tiro)	julho de 2010 a outubro de 2010	Polícia Federal Brasileira, Ministério da Justiça e Segurança Pública do Haiti	Defesa	Bilateral
FUNDO IBAS - HAITI - Pavimentação da via de acesso ao projeto de reciclagem de detritos sólidos, desenvolvido pelo Fundo IBAS	Sem informação	Fundo IBAS	Infraestrutura	Trilateral
Programa de Cooperação Brasil-Haiti pós-terremoto: Inclusão Social de Pessoas com Deficiência.	agosto a dezembro de 2010	Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)	Saúde	Bilateral
Apoio às Iniciativas de Proteção da Criança - Pastoral da criança – Fase 2	setembro a dezembro de 2010	Pastoral da Criança do Brasil (PC)	Saúde	Bilateral
Inclusão social por meio da prática esportiva	setembro de 2010 a outubro de 2011	Olé Brasil Futebol Clube (OBFC), Ministério da Juventude, dos Esportes do Civismo do Haiti	Esporte	Bilateral

Capacitação de Profissionais de Saúde Haitianos em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera	outubro de 2010 a julho de 2011	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (SBIBHAE)	Saúde	Bilateral
Apoio às Ações de Fortalecimento do Sistema Eleitoral Haitiano	novembro de 2010 a março de 2011	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Legislativo	Bilateral
Treinamento de Profissionais de Saúde em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera - Fase II	novembro de 2010 a fevereiro de 2011	Hospital Sírio Libanês - Instituto de Ensino e Pesquisa (HSL)	Saúde	Bilateral
Capacitação de Lideranças em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera	fevereiro a maio de 2011	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (SBIBHAE)	Saúde	Bilateral
Inclusão Social por Meio da Prática Esportiva em Futebol Fase II	dezembro de 2011 a março de 2013	Olé Brasil Futebol Clube (OBFC), Ministério da Juventude, dos Esportes e do Civismo do Haiti	Esporte	Bilateral
Coleta de Dejetos Sólidos com vistas à Consolidação do Processo de Redução da Violência Armada em Carrefour Feuilles	2007 a 2009	Fundo IBAS, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Haiti)	Desenvolvimento Social	Bilateral
Implementação da Participação do Brasil no Âmbito do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a Execução do Projeto "Solid Waste Management Strategy".	fevereiro de 2005 a junho de 2009	Banco Mundial (BM)	Meio Ambiente	Bilateral
Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou	abril de 2007 a abril de 2009	Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR) do Haiti, Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Cooperação técnica	Bilateral
BRASIL - ARGENTINA - HAITI - Construção de Cisternas para Captação e armazenamento de água de chuva no Haiti	Finalizado 2008	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), Instituto Nacional de Tecnologias Agropecuárias - Argentina, (INTA)	Desenvolvimento Social	Trilateral
Combate à violência contra as mulheres	agosto de 2007 a agosto de 2009	Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM/PR), Ministério da Saúde, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), OXFAM internacional, Ministério da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres do Haiti	Desenvolvimento Social	Bilateral
Curso em tecnologia de produção de sementes orgânicas de hortaliças com a participação de técnicos da Nicarágua e do Haiti	outubro de 2008 a abril de 2009	Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME)	Agricultura	Bilateral
Intercâmbio de conhecimentos na área de segurança alimentar e nutricional	julho de 2007	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Desenvolvimento Social	Sem informação

Implementação da participação do Brasil no âmbito do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a execução do Projeto "Haiti Building Institutional Capacity and Strengthening Provision of School Feeding Program".	outubro de 2007 a outubro de 2008	Banco Mundial (BM)	Educação	Bilateral
Capacitação Técnica em defesa Civil	abril de 2005	Ministério da Integração (MI)	Segurança pública	Bilateral
Proposta de Cooperação Técnica junto ao Governo Para Reestruturação dos Serviços de Imunização.	julho de 2005 a agosto de 2005	Ministério da Saúde (MS)	Saúde	Bilateral
Apoio ao Instituto Nacional de Formação Profissional: Formulação de Projeto para o Centro de Formação Profissional de Jacmel.	julho de 2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto Nacional de Formação Profissional do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional do Haiti (INFP / MENFP)	Cooperação técnica	Bilateral
Desenvolvimento agro-industrial sucro-alcooleiro do Departamento do Norte(Cap Haitien) do Haiti.	julho de 2005 a agosto de 2005	Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Ciências Agrônomicas - USP	Agricultura	Bilateral
Reciclagem Operacional para Bombeiros em Contra-Incêndio e Salvamento em Aeródromos	janeiro de 2006 a março de 2006	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	Ciência e Tecnologia	Bilateral
Capacitação de Técnicos haitianos em construção de cisternas na Embrapa Semi-Árido(Petrolina-PE).	agosto de 2006 a setembro de 2006	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agricultura	Bilateral
Capacitação em Software Livre e Instalação de Telecentro Comunitário.	setembro de 2006	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	Desenvolvimento Social	Bilateral
Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças	setembro de 2006 a março de 2008	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Cidades	Bilateral
Sub-projeto para Apoiar a Organização de Eleições Locais e Legislativas	novembro de 2006 a março de 2007	Programa das Nações Unidas em Desenvolvimento - Haiti (PNUD-Haiti)	Legislativo	Trilateral
Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento de Caju para o Haiti.	janeiro de 2005 a dezembro de 2007	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR)	Agricultura	Bilateral
Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti	janeiro de 2005 a outubro de 2005	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agricultura	Bilateral

Recuperação de infraestrutura rodoviária da zona metropolitana de Porto Príncipe, Haiti - Fase I	fevereiro 2006 a abril 2007	Sem informação	Infraestrutura	Bilateral
Revitalização do Centro de Saúde Lucélia Bontemps, na Comunidade de La Plaine, em Porto Príncipe	Sem informação	Ministério da Saúde (MS)	Saúde	Bilateral
Criação de uma Unidade de Demonstração e de Validação de Tecnologias Agrícolas na Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR) em Fondes-Nègres, Departamento de Nippes	Sem informação	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater - DF), Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	Agricultura	Bilateral
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Arroz, Feijão, Milho e Mandioca	Sem informação	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater - DF), Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR)	Agricultura	Bilateral
Implantação de um Centro de Formação Profissional em Comércio e Serviços	Sem informação	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto Nacional de Formação Profissional do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional do Haiti (INFP /MENFP) e Diretoria de Formação do Ministério do Turismo (DFT)	Educação	Bilateral

## Anexo 2. Bibliografia sobre o Haiti indicada pelo Instituto Igarapé

### Publicações do Instituto Igarapé

Nota Estratégica 1: Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys Athena R Kolbe e Robert Muggah (março de 2012)

Nota Estratégica 2: The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio (agosto de 2012)

Nota Estratégica 6: After the Storm: Haiti's Coming Food Crisis Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah (dezembro de 2012)

Nota Estratégica 9: Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential. Athena R. Kolbe, Keely Brookes e Robert Muggah (junho de 2013)

Nota Estratégica 16: Break your bones: Mortality and Morbidity Associated with Haiti's Chikungunya Epidemic Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah (Julho de 2014)

The Brazilian Effect: Social Technologies for Reconstructing Haiti. Igarape Institute (com apoio de IDRC). Ilona Szabó de Carvalho e Robert Muggah (2010)

### Sobre o Haiti – leituras acadêmicas (apenas 2010-2013)

Muggah, R. (2014) "Fragile cities - the case of Port-au-Prince", Mancini, F. Ed. Urban Resilience. New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2013) "The Political Economy of Stabilization and Statebuilding in Haiti", Berdal, M. and Zaum, D. Eds. Power After Peace: The Political Economy of Post-Conflict Statebuilding. New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2012) "Stabilization and Humanitarian Action in Haiti", Perrin, B. Ed. Modern Warfare: Armed Groups, Private Militaries, Humanitarian Organizations and the Law. Vancouver: UBC.

\_\_\_\_\_. (and Kolbe, A.) (2011). "Securing the State: Haiti before and after the earthquake" in Small Arms Survey 2011: States of Security. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2010) "The Effects of Stabilization in Haiti", Special Edition of Disaster Journal of Management. London: Routledge.

\_\_\_\_\_. (and Kolbe, A.) (2010). "Surveying Haiti's Post-Quake Needs: A Quantitative Approach." Humanitarian Exchange 4. Available online at <http://www.odihpn.org/report.asp?id=3131>.

\_\_\_\_\_. (and Kolbe, A.R., Hutson, R. A., Shannon, H.A., Trzcinski, E, Miles, B., Levitz, N., Puccio, M., James, L., Noel, J.R.) (2010). "Mortality, crime and access to basic needs before and after the Haitiearthquake: a random survey of Port-au-Prince households". Medicine, Conflict and Survival 26 (4): 281-297.

\_\_\_\_\_(and H. Moestue) (2010) Social Integration Ergo Stabilization. Geneva: Small Arms Survey/Viva Rio. Available in English, French and Portuguese.

[http://www.stabilisationunit.gov.uk/stabilisation-and-conflict-resources/geographic/doc\\_details/282-social-integration-ergo-stabilisation-assessing-viva-rios-security-and-development-programme.html](http://www.stabilisationunit.gov.uk/stabilisation-and-conflict-resources/geographic/doc_details/282-social-integration-ergo-stabilisation-assessing-viva-rios-security-and-development-programme.html)

\_\_\_\_\_. Ed. (2010). The Brazilian Effect: Options for Reconstruction for Haiti. Ottawa: IDRC.

## Sobre o Haiti - Mídia (2010-2013)

Kolbe, A. and Muggah, R. (2013) Haiti's Gangs Could be a Force for Good", Ottawa Citizen, 4 June, <http://blogs.ottawacitizen.com/2013/06/04/kolbe-and-muggah-haitis-gangs-could-be-a-force-for-good/>

Muggah, R. and Kolbe, A. (2013) "Quem está Atrás da Violência no Haiti", O Globo, 18 June.

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) Haiti's Silent Victims, New York Times, 12 December, [http://www.nytimes.com/2012/12/09/opinion/sunday/haitis-silenced-victims.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/12/09/opinion/sunday/haitis-silenced-victims.html?_r=0)

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) "As vítimas silenciosas do Haiti", Estadão, 16 December, <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,as-vitimas--silenciosas--do-haiti-,974475,0.htm>

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) "Chronicling of an Everyday Rape", Huffington Post, 20 November, [http://www.huffingtonpost.com/athena-kolbe/rape-in-haiti\\_b\\_2165466.html](http://www.huffingtonpost.com/athena-kolbe/rape-in-haiti_b_2165466.html)

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) "The Economic Costs of Violence in Haiti", Guardian, 22 August. <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/aug/22/haiti-violent-crime-economic-costs>

Muggah, R. and Kolbe, A. (2012) "Haiti Needs to Confront the Economic Costs of Violent Crime", IPI, August, <http://theglobalobservatory.org/component/myblog/haiti-needs-to-confront-the-causes-and-consequences-of-violent-crime/blogger/Robert%20Muggah%20and%20Athena%20Kolbe/>

Muggah, R. and Kolbe, A. (2012) "In Haiti, Violence Amid the Rubble", Globe and Mail, 5 March. <http://www.theglobeandmail.com/news/opinions/opinion/in-haiti-violence-amid-the-rubble/article2357292>

Muggah, R. (2012) "Um Sinal do Alerta Para o Haiti", <http://oglobo.globo.com/mundo/um-sinal-de-alerta-para-haiti-4275340>, March.

Muggah, R. (2011) "Appraising Security from the Bottom Up in Haiti", Embassy, 2 November <http://www.embassymag.ca/column/author/889>

Muggah, R. and A. Kolbe (2011) "The Tricky Science of Counting the Dead in Haiti", Los Angeles Times, 22 July. <http://articles.latimes.com/2011/jul/12/opinion/la-oe-muggah-haiti-count-20110712>.

Muggah, R. (2011) "Remember Haiti?", Foreign Policy, January 14. [http://ricks.foreignpolicy.com/posts/2011/01/26/remember\\_haiti\\_its\\_that\\_big\\_island\\_near\\_cuba\\_that\\_no\\_one\\_likes\\_to\\_mention](http://ricks.foreignpolicy.com/posts/2011/01/26/remember_haiti_its_that_big_island_near_cuba_that_no_one_likes_to_mention)

Muggah, R. (2010) "The World's Broken Promises to Haiti", The Guardian, December 31. <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2010/dec/31/haiti-development>

Muggah, R. (2010) "Breaking Our Promise to Haiti"; OpenDemocracy, December. <http://www.opendemocracy.net/robert-muggah/breaking-our-promise-to-haiti>

Muggah, R. 'Fighting the Gang Threat', The Mark News, May 10. <http://www.themarknews.com/articles/1475-fighting-the-gang-threat>

Muggah, R. (2010) 'Is Anyone Listening to the Haitians', The Mark News, March 29. <http://www.themarknews.com/articles/1219-is-anyone-listening-to-the-haitians>

Muggah, R.(2010) 'Now is the time to fix Haiti's Inequalities', Globe and Mail, February 17. <http://www.theglobeandmail.com/news/opinions/now-is-the-time-to-fix-the-inequalities-in-haiti/article1470111/>

Muggah, R. (2010) 'Canada in Haiti: A Report Card', The Mark News, January 17. <http://themarknews.com/articles/961-canada-in-haiti-a-report-card>

Muggah, R. (2010) 'To rebuild Haiti, start with its young people', Los Angeles Times, Jan 31. <http://www.latimes.com/news/opinion/commentary/la-oe-maguire31-2010jan31,0,2642395,print.story>

Muggah, R. (2010) Live Interview. France 24. <http://www.france24.com/en/20100125-france-24-debate-haiti-donors-montreal-reconstruction-part2>

Muggah, R. (2010) 'We must rethink the building of Haiti', Globe and Mail, January 21. <http://www.theglobeandmail.com/news/opinions/we-must-rethink-the-rebuilding-of-haiti/article1435583/>,

Muggah, R. (2010) 'Dealing with Haiti's Gangs', Ottawa Citizen, January 18. <http://www.ottawacitizen.com/news/Dealing+with+Haiti+gangs/2462207/story.html>

Muggah, R.(2010) 'Rebuilding Haiti from the bottom up', The Mark News, January 18. <http://www.themarknews.com/articles/849-from-the-bottom-up>

## Relatórios sobre o Haiti (2010-2013)

Kolbe, A., Brooks, K. and R. Muggah (2013) "Is Tourism Haiti's Magic Bullet", Strategic Brief 9. Rio de Janeiro: Igarape Institute.

Muggah, R. (2013) Fragility Assessment for Haiti. Port-au-Prince: DFAE and SDC.

Muggah, R. and Kolbe, A. (2013) Assessing MINUSTAH CVR: A Beneficiary Impact Assessment. Port-au-Prince: MINUSTAH.

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) "After the Storm: Haiti's Coming Food Security", Strategic Paper 6. Rio de Janeiro: Igarape Institute.

Kolbe, A., Muggah, R. and Pucciani, M. (2012) "The Economic Costs of Violence in Haiti", Strategic Brief 2. Rio de Janeiro: Igarape Institute.

Kolbe, A. and Muggah, R. (2012) "Haiti's Urban Crime Wave", Strategic Brief 1. Rio de Janeiro: Igarape Institute.

Kolbe A.R., Shannon H, Levitz N, Muggah R, Hutson RA, James L, Puccio M, Trzcinski E, Noel JR, Miles B (2010). "Assessing Needs After the Quake: Sexual Violence, Property Crime and Property Damage." New York: UNDP.

Kolbe A.R., James L, Puccio M, Trzcinski E, Shannon H, Levitz N, Noel JR, Miles B, Muggah R, Hutson RA (2010) "Assessing Needs After the Quake: Security and Basic Needs." New York: UNDP.

Kolbe A.R., Muggah R, Hutson RA, Puccio M, Trzcinski E, Shannon H, Levitz N, Noel JR, Miles B, James L (2010) "Assessing Needs After the Quake: Access to Food, Water, Fuel and Property." New York: UNDP.

Muggah, R. (2010) A Civic Service for Haiti. New York: SSRC.

Muggah, R. (2010) Regional Experiences with Civic Service: Examples for Haiti. New York: SSRC.

Muggah, R. (2010) The Brazilian Effect: Reconstruction Options for Haiti. Ottawa: IDRC.

## Apresentações sobre o Haiti (2011-2013)

Dangerous Cities: Urban Violence and the Militarization of Law Enforcement, <http://vimeo.com/50640514>, 2012

Views Amid Violence: Perception Surveys in Haiti, <http://blip.tv/odi-events/robert-muggah-fellow-at-the-instituto-derela%C3%A7%C3%B5es-internacionais-pontif%C3%ADcia-universidade-cat%C3%B3lica-do-rio-de-janeiro-6205216>, 2012

Understanding Security from the Bottom-Up in Haiti, [www.youtube.com/watch?v=Un2hFXf8t0Y](http://www.youtube.com/watch?v=Un2hFXf8t0Y), 2011

Violence and Crime After Disaster, [www.youtube.com/watch?v=gMnDGheWKPk](http://www.youtube.com/watch?v=gMnDGheWKPk), 2011.

## Fontes e mais informações

AMÉRICAECONOMIA (2014) “A nova cara do Haiti”, Entrevista com Laurent Lamothe, publicado em 30/05/2014. Disponível em: <http://www.americaeconomiabrasil.com.br/content/nova-cara-do-haiti> (último acesso: 26/07/2014)

ABDENUR, Adriana (2007) The Strategic Triad: Form and Content in Brazil’s Triangular Cooperation Practices, The New School, International Affairs Working Paper 2007-06, November.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2014) Projetos. Cooperação Sul-Sul. Haiti. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti> (último acesso 27/06/2014)

ASSUNÇÃO, KAROL (2010). Comissão Interina e falta de recursos põem reconstrução do país em risco. ADITAL. 06/09/2010. Disponível em: [http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=50742&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=50742&lang=PT) (acesso em 10 de 08 de 2014).

BARBOSA, P.H.B (2011) O Brasil e a Embrapa: O viés Instrumental da Cooperação Técnica Horizontal, tese (Mestrado em Diplomacia), Brasília: Instituto Rio Branco

BRASIL (2003) Presidência da República. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional, Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view> (último acesso 14/08/2014)

BRASIL (2005) Luiz Inácio Lula da Silva. Presidente da República. Discurso na Cerimônia de Formatura da Turma “Celso Furtado” (2005) do Instituto Rio Branco. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_DISCURSO=2684](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2684) (último acesso 25/07/2014)

BRASIL (2011) Balanço de Cooperação Humanitária 2006-2010. Ministério das Relações Exteriores – MRE. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B07OJy2AgCEwZmZxMkZVREtkX0U/edit> (último acesso: 18/08/2014)

BRASIL (2014) “Haiti, comércio exterior”. Ministério das Relações Exteriores – MRE, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – DPR, Divisão de Inteligência Comercial – DIC, Maio. Disponível em: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDHaiti.pdf> (último acesso: 10/08/2014)

BURT, Geoff (2012) “From Private Security to Public Good: Regulating the Private Security Industry in Haiti”. SSR Issue Papers No. 9 – June. Disponível em: [http://www.cigionline.org/sites/default/files/Paper\\_no9.pdf](http://www.cigionline.org/sites/default/files/Paper_no9.pdf) (último acesso 25/07/2014)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2004) Câmara Notícias. “Câmara analisa envio de soldados para o Haiti”, publicado em 10/05/2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/49862.html> (último acesso 30/07/2014)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014) Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Ata da 22a Reunião Extraordinária de Audiência Pública Realizada em 4 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdoia/integras/1260809.htm>(último acesso 10/07/2014)

CATANHÊDE, Eliane (2012) “Dilma acredita que os países ricos não fizeram sua parte”, Folha de São Paulo, 11/06/2012

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2014), The World Factbook, Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html> (último acesso 14/08/2014)

CENTRO GUMILLA (2010). Haiti: entre promessas e realidades. Instituto Humanista Unisinos. 08 de 03 de 2010. Disponível em: <http://www.gumilla.org/?p=file&id=12801870719597&entid=file> (último acesso em 10/08/2014).

CHARLEAUX, João Paulo (2013). O BRASIL NÃO SABE NADA SOBRE SEUS SOLDADOS SUICIDAS, Vice, nov 6 2013. Disponível em: [http://www.vice.com/pt\\_br/read/o-brasil-nao-sabe-nada-sobre-seus-soldados-suicidas](http://www.vice.com/pt_br/read/o-brasil-nao-sabe-nada-sobre-seus-soldados-suicidas) (último acesso 25/07/2014)

CONECTAS DIREITOS HUMANOS (2013) "Veja as recomendações enviadas ao Brasil e órgãos internacionais sobre a crise", publicado em 12/08/2013. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/veja-as-recomendacoes-enviadas-ao-brasil-e-orgaos-internacionais-sobre-a-crise> (último acesso 24/08/2014)

COSTA LEITE, I.; SUYAMA, B. ; TRAJBER WAISBICH, L. and POMEROY, M. with CONSTANTINE, J.; NAVAS-ALEMÁN, L.; SHANKLAND, A. and YOUNIS, M. (2014) Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate, IDS Evidence Report 59, Brighton: IDS

DINIZ, Eugenio (2005). "O Brasil e a MINUSTAH." Security and Defense Studies Review, 5:1, 90-108. Disponível em: [http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001\\_g.pdf](http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf) (último acesso 25/07/2014)

DWYER, AUGUSTA (2012) . Interview with Camille Chalmers, director of the Haitian Platform for an Alternative Development, or PAPDA. 13 de 02 de 2012. Disponível em: <http://augustadwyer.com/2012/02/13/interview-with-camille-chalmers-director-of-the-haitian-platform-for-an-alternative-development-or-papda/> (último acesso em 10/08/2014).

EL PAÍS (2013) "Mujica maneja plazo de 90 días para retirar tropas uruguayas de Haití", publicado em 29/10/2013. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/mujica-maneja-plazo-dias-retirar-tropas-haiti.html> (último acesso 15/08/2014)

EXÉRCITO BRASILEIRO (2014) "BRABAT 2 Realiza Evento Alusivo ao Dia das Mães no Haiti", página da web. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/haiti/brabatt-2%3Bjsessionid=C0B969B22151D68A55D1D71D9019CFAB.lr2?p\\_p\\_auth=S4Qec719&p\\_p\\_id=56&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_56\\_groupId=112951&\\_56\\_articleId=1774988](http://www.eb.mil.br/web/haiti/brabatt-2%3Bjsessionid=C0B969B22151D68A55D1D71D9019CFAB.lr2?p_p_auth=S4Qec719&p_p_id=56&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_56_groupId=112951&_56_articleId=1774988) (último acesso 22/08/2014)

FELIU, Pedro e MIRANDA, Rosana (2011) "Congreso Nacional e Política Externa. O caso do envio de tropas ao Haiti: Argentina, Brasil e Chile", Revista Política Hoje, 20:1.

FREITAS, Olívia e ZANINI, Fábio (2014). "Saiba mais: Brasil já gastou quase R\$ 3 bi em operação militar no Haiti", Folha de São Paulo, 31/05/2014 . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1462936-saiba-mais-brasil-ja-gastou-quase-r-3-bi-em-operacao-militar-no-haiti.shtml> (último acesso 24/07/2014)

FRESNILLO, Iolanda (2014) Los otros terremotos que hundieron Haití. Diagonal Periodico. 30/06/2014. Disponível em: <https://www.diagonalperiodico.net/global/23225-otros-terremotos-hundieron-haiti.html> (último acesso em 10/08/2014).

GOMBATA, Marsílea (2014) "Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs", Carta Capital, 07/08/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html> (último acesso: 10/08/2014)

HÁITI LIBERTÉ E HAITI GRASSROOTS WATCH (2012). "Gold Rush in Haiti!" Disponível em: <http://haitigrassrootswatch.squarespace.com/haiti-grassroots-watch-engli/2012/5/30/gold-rush-in-haiti.html>. (último acesso: 10/08/2014)

HIRST, Monica (2012) Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Texto para Discussão No. 1687. Brasília: Ipea

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2011) "Alrich Nicolas - "Não é somente a solidariedade internacional que vai fazer avançar a reconstrução do Haiti"", Desafios do Desenvolvimento, Ano 8, Edição 65. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2481:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2481:catid=28&Itemid=23)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2010) Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Brasília: IPEA/ABC, 78 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2013) Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010. Brasília: Ipea: ABC, 2013, 124 p.

INSTITUTO IGARAPÉ (2012) Nota Estratégica 2: The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti. Results from Monthly Household Surveys. August 2011- July 2012. Athena R. Kolbe e Robert Muggah (Setembro de 2012).

INSTITUTO IGARAPÉ (2014) Nota Estratégica 16: Break your bones: Mortality and Morbidity Associated with Haiti's Chikungunya Epidemic Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah (Julho de 2014).

KAWAGUTI, Luis (2014) "ONU estuda opções para tirar tropas do Haiti a partir de 2016", BBC Brasil, 3/06/2014. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140602\\_haiti\\_retirada\\_lk.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140602_haiti_retirada_lk.shtml) (último acesso 30/07/2014)

KENKEL, Kai Michel; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org). (2012) O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea

KENNARD, Matt (2012) Haiti and the shock doctrine. Open Democracy. 12/08/2012. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/matt-kennard/haiti-and-shock-doctrine> (último acesso: 10/08/2014)

KOLBE, Athena R. (2013) "Revisiting Haiti's Gangs and Organized Violence". HASOW – Humanitarian Action in Situations other than war. Discussion Paper 4, June

LEITE, Iara Costa (2011) 'Contagem, Betim and BH: A Beautiful Horizon for Haiti', TT-SSC Case Study. Disponível em: [www.visibleconsultores.com/Proyectos/SSC/casestudies/index.php](http://www.visibleconsultores.com/Proyectos/SSC/casestudies/index.php) (último acesso em 30/07/2014)

LEMLE, Marina (2010) " O Haiti nos ajudou a crescer", Biblioteca Virtual Viva Rio, publicado em 14/10/2010. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-o-haiti-nos-ajudou-a-crescer> (último acesso em 28/08/2014)

LESSA, Marco Aurélio Gaspar (2006) A participação dos contingentes do Exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Fundação Getúlio Vargas, Dissertação de Mestrado em Administração Pública

MALACALZA, Bernabé (2014) "Modelos de Cooperación Internacional para el Desarrollo en Haití. Discursos, Prácticas y Tensiones". Relaciones Internacionales, Número 25, Febrero- Mayo

MARCONDES, Danilo (2012) "O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH". In. KENKEL, Kai Michel; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org). (2012) O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, p. 243-267

MARINHA DO BRASIL (2014) Entenda a participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Disponível em: [https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti/historia/historia.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti/historia/historia.html) (acesso em 30/07/2014)

MENEZES, Cynara (2012) “Pimenta nos Olhos”, Carta Capital, 20/03/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/pimenta-nos-olhos> (último acesso 25/07/2014)

MOTA, Camilla Veras (2014a) “Brasil vive novo ciclo de migração, diz demógrafo”, Valor Econômico, 06/06/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3576256/brasil-vive-novo-ciclo-de-migracao-diz-demografo> (último acesso 30/07/2014)

MOTA, Camilla Veras (2014b) “Meta é ampliar a emissão de vistos prévios no Haiti”, Valor Econômico, 06/06/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3576254/meta-e-ampliar-emissao-de-vistos-previos-no-haiti> (último acesso 30/07/2014)

NASSIF, Fábio (2014) “Dez anos da ocupação militar no Haiti: ‘povo quer que as tropas saiam já’”, Carta Maior, 22/05/2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Dez-anos-da-ocupacao-militar-no-Haiti-o-povo-quer-que-as-tropas-saiam-ja-/6/30985> (último acesso 30/07/2014)

NETO, Ricardo Bonalume (2013) “Copa, Olimpíada e estratégia nacional impulsionam setor de defesa e segurança”, Folha de São Paulo, 14/04/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/04/1263841-grandes-eventos-e-estrategia-nacional-impulsionam-setor-de-defesa-e-seguranca.shtml> (último acesso 25/07/2014)

NEW YORK UNIVERSITY (2013). Building More Effective Peace Operations, Thematic Series, NYU Center on International Cooperation, March 2013. Disponível em: [http://cic.nyu.edu/sites/default/files/un\\_peace\\_2013\\_en.pdf](http://cic.nyu.edu/sites/default/files/un_peace_2013_en.pdf) (último acesso 27/07/2014)

O DIA (2008) “Bope vai dar curso para a polícia do Haiti”, publicado pela Agência O Dia em 16/03/2008. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O12682676-EI5030,00-Bope+vai+dar+curso+para+a+policia+do+Haiti.html> (último acesso: 30/07/2014)

OXFAM (2011) From Relief to Recovery - Supporting good governance in post-earthquake Haiti. Disponível em: [http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp142-relief-to-recovery-130111-en\\_4.pdf](http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp142-relief-to-recovery-130111-en_4.pdf) (último acesso em 10/08/2014).

PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (2014) “Campanha pela retirada das tropas do Haiti começa com debate sobre militarização no Rio de Janeiro”, publicado em 29/05/2014. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/2014/05/29/campanha-pela-retirada-das-tropas-do-haiti-comeca-com-debate-sobre-militarizacao-no-rio-de-janeiro/> (último acesso 14/08/2014)

PINO, Bruno Ayllón, and COSTA LEITE, Iara (2010) "O Brasil e a cooperação Sul-Sul: contribuições e desafios." Boletim Meridiano 47 10.113: 18-18

PROGRAMME DES NATIONS UNIES POUR LE DEVELOPPEMENT (PNUD). République d’Haiti (2014). Rapport ODM 2013, Haiti: Un nouveau regard. Port-au-Prince

RODRIGUES, Alexandre; THOMÉ, Débora (2010). “Empresas brasileiras decidem integrar auxílio humanitário”, Estado de São Paulo, 19/01/2010, A3 Internacional. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-brasileiras-decidem-integrar-auxilio-humanitario,497943](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-brasileiras-decidem-integrar-auxilio-humanitario,497943) (último acesso 28/07/2014)

SEGUY, Franck (2014) A catástrofe de janeiro de 2010, a ‘Internacional Comunitária’ e a recolonização do Haiti, Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp. Campinas, 25 de Março de 2014.

SEITENFUS, Ricardo (2006) "Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea." Carta Internacional 1.1: 5-12.

SENADO FEDERAL (2011). Mensagem No 122, de 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=94565&tp=1> (último acesso 25/07/2014)

STOCHERO, Tahiane (2008). "Brasil pede ajuda aos EUA para abrir fábrica no Haiti", Folha de São Paulo, 23/09/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2309200833.htm> (último acesso 25/07/2014)

UNITED NATIONS (2014). "In Haiti, Ban calls for greater efforts to improve water and sanitation, end cholera epidemic", UN News Centre, 14/07/2014. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=48270> (último acesso: 25/07/2014)

VALENTE, Rubens (2013). "Brasil gastou R\$ 689 mil de adicional para militares no Haiti", Folha de São Paulo, 30/07/2013. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1318804-brasil-gastou-r-689-mil-de-adicional-para-militares-no-haiti.shtml> Valente (último acesso: 25/07/2014)

VALLER FILHO, Wladimir (2007) O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil\\_e\\_a\\_Crise\\_Haitiana\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Haitiana_O.pdf) (último acesso: 25/07/2014)

VERENHITACH, Gabriela; DEITOS, Marc; SEITENFUS, Ricardo (2007) "O Brasil ea cooperação triangular sul-sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti." Trabalho apresentado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (2007): 12-14.

VIVA RIO (2011) Haiti. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: [http://vivario.org.br/wp-content/uploads/2011/12/Viva-Rio-Haiti\\_PARANOID.pdf](http://vivario.org.br/wp-content/uploads/2011/12/Viva-Rio-Haiti_PARANOID.pdf)

VOITCH, Guilherme (2011). "Após perder Zilda Arns, Pastoral da Criança volta ao Haiti", Folha de São Paulo, 12/01/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/859230-apos-perder-zilda-arns-pastoral-da-crianca-volta-ao-haiti.shtml> (último acesso: 25/07/2014)